

SINDICALISMO E FORMAÇÃO SINDICAL: NOVOS CENÁRIOS, NOVAS EXIGÊNCIAS

Roberto Vêras¹

RESUMO: O artigo apresenta um breve história das ações e propostas na área de educação sindical e dos trabalhadores desenvolvidas pelo sindicalismo cutista, dentro do que se considera "educação popular". Apresenta os princípios político-metodológicos do movimento e suas principais linhas de atuação, identificando os aspectos mais característicos e suas diferenças e relação com a educação convencional.

O sindicalismo identificado com a CUT tornou-se nas últimas duas décadas uma experiência reconhecidamente importante para a história do sindicalismo brasileiro e, mesmo, para a história recente do país. Entretanto, no momento atual, as mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho e a sociedade estão impactando diretamente sobre a vida dos trabalhadores e as perspectivas da ação sindical. Novos desafios estão postos, novas exigências quanto à atuação dos sindicalistas estão cada vez mais se impondo.

Aqui, nos deteremos sobre as novas situações que vêm se configurando para a formação sindical, em um cenário no qual as respostas historicamente construídas pela experiência *cutista* encontram-se desafiadas a repensar-se.

Inicialmente, procuramos situar a experiência de formação sindical na CUT, quanto às suas origens, estratégias e formas de estruturação. Na seqüência, buscamos abordar os principais desafios que as atuais transformações no mundo do trabalho vêm colocando para o sindicalismo brasileiro. Por último, discutimos algumas possibilidades da formação sindical *cutista*, diante de tais mudanças.

1. Sociólogo e Educador da Escola São Paulo/CUT.

Bases históricas de construção da política de formação da CUT

A experiência formativa da CUT é, como se reconhece internamente, continuadora da tradição histórica da Educação Popular². Entretanto, “as atividades de formação, sistemáticas e planejadas” só tiveram início em 1987³, na forma de uma Política Nacional de Formação (PNF), que se sustenta na Rede Nacional de Formação.

Tal experiência incorporou, desde o início, um forte questionamento dos métodos e padrões tradicionais de educação, a partir de uma perspectiva metodológica orientada para a valorização dos participantes enquanto sujeitos de seus processos educativos. As atividades formativas realizadas inicialmente pelo Instituto Cajamar e as Escolas Quilombo dos Palmares e Sete de Outubro, e pelas escolas criadas posteriormente (Escolas Sul, São Paulo, Centro Oeste, Norte I, Norte II e o Coletivo Nordeste de Formação), pelos coletivos de formação das CUT e de entidades filiadas, pelas entidades parceiras, entre outras, sempre foram encaradas como momentos de criação e recriação de possibilidades metodológicas e temáticas, e não como espaço pura e simplesmente de reprodução de saberes instituídos. Ao longo do seu percurso se construiu uma identidade política e metodológica essencial, embora permeada por diversas “matrizes discursivas”⁴.

O processo de construção da PNF se sustentou sobretudo⁵:

- Em uma definição estratégica de que a formação da CUT é “indelegável” e concebida como “instrumento fundamental da realização do projeto sindical da CUT”, ou seja, deve estar “efetivamente voltada para o objetivo de procurar atender às necessidades políticas e organizativas imediatas e estratégicas da Central”⁶.
- Em uma prática de elaboração anual e articulada de planos de formação nacionais (pela CUT nacional), regionais (pelos coletivos regionais e ou escolas orgânicas ou conveniadas), estaduais (pelas Secretarias de Formação das CUT — SEFs e seus coletivos estaduais), setoriais (pelas confederações e federações orgânicas ou filiadas) e micro-regionais e ou locais (por sindicatos ou grupos de sindicatos).
- Na conformação generalizada de duas modalidades básicas de atividades educativas: os seminários, consistindo em atividades pontuais, com determinado enfoque temático e de curta duração; e os cursos, compreendendo vários momentos (quase sempre entre dois e quatro módulos ou etapas), de algum modo articulados entre si, realizados no espaço de um ano e versando sobre assunto quase sempre informados pelas temáticas dos Programas e, depois, dos Núcleos Temáticos.
- Na constituição de uma Rede Nacional de Formação, envolvendo as esferas do nacional ao local, articulando os fóruns da formação (encontros, coletivos e fóruns das escolas, responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e avaliação dos planos de formação; em nível nacional: Enafor e Conafor), os agentes formativos (coletivos, escolas e secretarias de formação, responsáveis pela execução dos

2. Ver, por exemplo, CUT Nacional, Revista Forma & Conteúdo, n. 1, fevereiro de 1990.

3. CUT Nacional, Revista Forma & Conteúdo, n. 2, agosto de 1990.

4. Ver a respeito o trabalho de MANFREDI (1996), especialmente o Capítulo VII.

5. Para uma visão panorâmica da evolução da PNF, consultar a Revista Forma & Conteúdo (números 1, 2, 3 e 4) e os relatórios dos Encontro Nacional de Formação da CUT (ENAFOR) e dos Coletivo Nacional de Formação da CUT (CONAFOR).

6. CUT Nacional, Revista Forma & Conteúdo, n. 2, agosto de 1990.

planos de formação) e, na medida do possível, as instâncias da CUT (verticais e horizontais).

- Na formulação de prioridades temáticas e de públicos, que a partir de 1991 foram estruturadas nacionalmente enquanto Programas Nacionais. Tais prioridades resultaram de uma leitura dos principais desafios enfrentados no processo de construção da CUT: o tratamento sobre Concepção, Estrutura e Prática Sindical (Ceps) visava consolidar, junto aos militantes, uma compreensão básica sobre o projeto da Central; para enfrentar as dificuldades de administração e gestão por parte dos grupos de oposição sindical recém empossados, desenvolveu-se uma abordagem sobre Planejamento e Administração Sindical Cutista (Pasc); visando ao trabalho orientado para a problemática específica do sindicalismo rural, foi criado o Programa de Formação para Trabalhadores Rurais; foram estruturados, ainda, os Programas de Negociação e Contratação Coletiva (NCC), Processo de Trabalho e Organização por Local de Trabalho (PT-OLT), Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodologia do Trabalho de Formação Cutista (RHPMT) e Relações Sociais de Gênero.
- No desenvolvimento de uma perspectiva metodológica inspirada na tradição da Educação Popular.
- Numa política de cooperação internacional que, em muito, contribuiu para garantir-lhe um suporte financeiro e a realização de programas de troca experiências.

Por volta de 1993/94, teve início o processo de avaliação que apontou o esgotamento da “estrutura de Programas” e resultou na sua “reestrutururação”⁷. Avaliou-se que os Programas tinham levado a uma “departamentalização” dos planos de formação, em todos os níveis. Dificultavam o diálogo entre os planos de formação e os desafios e problemáticas vivenciados pelos sujeitos atuantes em cada âmbito da ação sindical cutista. Os Programas deixaram de existir e a construção das estratégias e planos de formação, em todos os níveis, foi remetida para os espaços de diálogo entre as instâncias *verticais* e *horizontais* da Central e os *agentes formativos* constitutivos da Rede Nacional de Formação. Acreditava-se que, com isso, a formação sindical seria melhor integrada às estratégias gerais de ação das instâncias da CUT. Os Programas foram substituídos pelos Núcleos Temáticos (NT), a ser compostos por dirigentes, educadores e colaboradores externos, visando sistematizar, reelaborar e socializar, com a Rede e o conjunto da Central, os acúmulos internos e externos sobre uma temática determinada.

Esse processo coincidiu e se combinou com outro, que foi denominado *avaliação externa* da PNF, desencadeado a partir de uma demanda dos parceiros internacionais da CUT, especialmente da Federação Holandesa de Sindicatos (FNV) e da Organização Intereclesiástica para a Cooperação e o Desenvolvimento (ICCO), colocada em meados de 1993. Desejava-se avaliar “o conjunto do que tinha sido empreendido até então, e levantar indicações sobre a validade e pertinência de tal investimento, assim como orientações para a continuidade”⁸. Sua realização deu-se entre os anos de 94 e 95, sob a coordenação de uma *comissão de avaliação*, formada por acadêmicos e representantes das entidades cooperantes, acompanhada de uma *comissão interlocutora*, integrada pela FNV e ICCO (Holanda), CISL e ISCOS (Itália), DGB e ILDES (Alemanha), o Instituto

7. Ver CUT, “Resoluções do 10º ENAFOR”, in Plano Nacional de Formação, 1996.

8. CUT, Avaliação de Processos Formativos, 1996.

Cajamar e pela própria CUT. Desse trabalho resultou um relatório, que foi editado em forma de livro⁹.

De modo geral, houve reconhecimento do grau de desenvolvimento alcançado pela experiência. Mas também foram apontados alguns problemas, dentre os quais: um certo grau de desconhecimento da PNF por parte dos dirigentes dos sindicatos filiados à CUT; pouca articulação entre os programas formativos das *estruturas verticais e horizontais*; contraste entre o nível de diversidade e amplitude alcançados pelas experiências e o nível de sistematização e fundamentação metodológicas; insuficiência nos mecanismos de registro e avaliação das experiências formativas.

Em um esforço de *sistematização* da experiência da Rede Nacional de Formação da CUT, que se seguiu a tais questionamentos, o Núcleo Temático Nacional Educação do Trabalhador, responsável por tratar mais especificamente sobre a *questão metodológica*, articulou, durante o ano de 1996, um processo de reapropriação e reflexão sobretudo sobre as experiências de *formação de formadores*, cujos resultados foram publicados pela Escola São Paulo e pelo Núcleo Temático, na Série Formação Sindical em Debate, n. 1, 1998, com o título; "Identidades e Diversidades, Sistematização de Experiências de Formação de Educadores Sindicais Desenvolvidas pelas Escolas da CUT (1988-1995)".

A revelação de um quadro de diversidades quanto às perspectivas metodológicas adotadas pelas experiências em foco gerou dúvidas sobre se fazia sentido falar em uma *metodologia cutista* de formação sindical. Mas, do debate, evidenciaram-se elementos de uma identidade essencial, relacionadas ao esforço de valorização das experiências e saberes dos públicos envolvidos; de valorização da produção coletiva do conhecimento; de desmistificação da separação entre *saber acumulado* e *saber popular*, tomando a ambos com significados e importâncias próprios; de desmistificação da separação estanque entre *educador* e *educando*; de utilização de técnicas, jogos e dinâmicas, no sentido de favorecer a participação e o envolvimento dos públicos; enfim, de ir além de uma noção de educação como simples *reprodução* de conhecimentos.

A experiência que se desenvolveu, especialmente entre 1986 e 1995, procurou responder a determinados desafios que o sindicalismo *cutista* estava enfrentando na ocasião. As abordagens mais recorrentes versavam sobre a ótica da CUT quanto a: história do sindicalismo; prática e organização sindical; organização no local de trabalho; administração, planejamento e gestão sindical; negociação coletiva; análise de classes do país e perspectivas da sociedade brasileira; socialismo; mudanças no mundo do trabalho (neste caso, sobretudo a partir do início da década de 90). De modo geral, esteve orientada para consolidar o projeto sindical mais amplamente definido no III CONCUR, quando estiverem em debate duas formulações: uma mais propensa a encarar o projeto *cutista* enquanto *movimento* (menos baseado nos sindicatos oficiais) e outra (vitoriosa não só no congresso mas daí por diante) que a afirmava como uma *central sindical* (de caráter mais institucional)¹⁰, prevendo-lhes um papel bastante próximo daquele desempenhado pelas centrais sindicais européias, para as quais a idéia de um contrato nacional articulado tinha uma importância central. Tal projeto, uma vez impactado pelo novo cenário que vem se apresentando para a ação sindical na década

9. CUT. *Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT*. São Paulo, Xamã, 1997.

10. Ver Resoluções do III CONCUR, 1998.

atual, coloca novas demandas para a formação sindical. Antes de entrarmos mais diretamente sobre este assunto, vejamos rapidamente a que tipo de mudanças de cenário nos referindo.

O sindicalismo cutista diante de um novo cenário

O sindicalismo vê-se, no mundo inteiro, diante de importantes mudanças nos padrões de relações de trabalho e de sociabilidade. Os impactos mais evidentes dizem respeito à drástica e generalizada redução dos postos de trabalho, notadamente no setor industrial, e ao amplo processo de precarização do trabalho, que tem dado lugar a uma nova configuração do perfil da classe trabalhadora, crescentemente fragmentada em tipos como trabalhadores de tempo parcial, temporários, de emprego casual e trabalhadores por conta própria. Frente a tal processo, a capacidade de representação sindical se vê cada vez mais comprometida. A tendência de queda nos níveis médios de sindicalização na maioria dos países, nas últimas duas décadas, o indica (ANTUNES, 1995)

Além de afetarem drasticamente as bases históricas do sindicalismo, as mudanças em curso problematizam o caráter coletivo de suas estratégias. O fenômeno da globalização traz consigo o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores, constituindo um campo propício à “ascensão do individualismo” e “queda da ética coletiva” (BEYNON, 1997). As novas estratégias empresariais, mesmo estimulando formas de trabalho em equipe, o fazem sob o pressuposto de maior compromisso dos trabalhadores em relação aos objetivos das empresas (RODRIGUES & RAMALHO, 1998). A prática sindical vem sendo atingida pelas forças neoliberais quanto ao seu papel de regulação social, processando-se a dissociação entre contratação coletiva de trabalho e padrão fordista de produção (Bihl, 1998). Os sindicatos são tomados como obstáculo.

No caso particular do Brasil, o padrão de relações de trabalho se constituiu sob a égide do Estado corporativista, que combinava alguma proteção social de natureza paternalista com a conservação e recriação de profundas desigualdades sociais. Em tal contexto, os processos de reestruturação produtiva e as políticas neoliberais adquiriram conformação particular. Quanto à reestruturação produtiva, que se intensificou no país a partir dos anos 90, tem tido caráter heterogêneo, quanto à intensidade e natureza com que vem atingindo os diversos setores e regiões do país (CASTRO & LEITE). Merece destaque os setores mais dinâmicos e centrados na região do ABC Paulista. Por outro lado, trata-se de um processo marcado por limitações importantes, como, por exemplo, a persistência de práticas autoritárias na gestão empresarial da força de trabalho e na sua relação com os sindicatos. É nesse contexto que se insere a utilização extensiva da terceirização, que vem conduzindo a um agravamento das condições de trabalho e ao aumento do controle patronal sobre os empregados, afetando profundamente a ação sindical (RAMALHO, 1997). Os sindicatos se encontram em uma posição essencialmente defensiva, às voltas com situações nas quais se vêm obrigados a negociar perdas (DIEESE, 1999). Os processos de negociação coletiva encontram-se sob a pressão do desemprego e da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Para além dos desafios trazidos pelas novas realidades do mundo do trabalho, o sindicalismo brasileiro continua às voltas com a herança do modelo corporativo. A situação atual de fragilização da ação sindical também está relacionada à tendência

progressiva de acomodação dos diversos segmentos sindicais frente à estrutura corporativa. Considere-se, no entanto, que tal instituição passa a ser um obstáculo segundo a perspectiva neoliberal. O debate sobre sua eliminação ressurgiu como parte da tendência mundial de desregulamentação dos direitos sociais e de flexibilização das relações de trabalho, particularmente em um momento em que o movimento sindical encontra-se debilitado. As iniciativas governamentais na área visam, de um lado, eliminar a regulamentação e a ação do Estado no âmbito do direito individual do trabalho e, por outro, restringir o poder sindical, quanto à negociação coletiva e ao direito de greve. Para Oliveira (1998, p. 216), um profundo movimento de *ressignificação* estaria sendo operado na sociedade (“a burguesia já não trata de integrar os dominados ao seu próprio campo de significados”), concorrendo para o agravamento do fenômeno da *exclusão social*. O direito da contestação não é só reprimido, “ele é desqualificado como direito”.

Notamos, entretanto, que, se tais mudanças restringem as possibilidades do sindicalismo, ao mesmo tempo apresentam-se situações que têm concorrido para o estímulo de novas práticas sindicais. É o que ocorre quanto aos processos de reestruturação produtiva, quando os sindicatos conseguem reunir algum poder de barganha no local de trabalho. Um novo campo de conflitos e negociações propicia novas experiências, como aquela da “reestruturação negociada” ocorrida em empresas metalúrgicas do ABC (BLASS, 1998).

Outro fator de inovação na prática sindical está relacionado com a constituição de novos espaços institucionais nos quais as entidades sindicais vêm tendo participação crescente — o que foi possibilitado sobretudo pela Constituição de 1988, embora efetivado principalmente a partir do início da década seguinte. Tais espaços, em “sua maioria, são não paritários, deliberativos, têm como objetivo a formulação de diretrizes e foram criados a partir de decisões do Poder Executivo” (POCHMANN et alii, 1998, p. 15). Têm ganhado destaque na agenda sindical: o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e Trabalho; os conselhos de saúde e de educação, nas várias esferas de governo, entre outros.

Acrescente-se a esses, como fatores de diversificação da ação sindical, a configuração de novos espaços internacionais, notadamente articulados no âmbito do Mercosul. Já em 1987 havia sido criada a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul — CCSCS, a qual, no âmbito do Mercosul, vem concentrando sua atuação no Subgrupo de Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social. As prioridades da agenda sindical se localizam na defesa do emprego e dos direitos sociais e trabalhistas. Com a possibilidade de concretização da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), os desafios para ação sindical de caráter internacional se multiplicam (CASTRO & WACHENDORFER, 1998).

A prática sindical *cutista*, diante das novas situações, riscos e oportunidades criadas, se antes girava em torno das negociações de data-base, dos reajustes salariais e das greves massivas de categoria; nos anos 90, ao mesmo tempo em que perde poder de mobilização, assume uma nova agenda, na qual a questão do emprego, na proporção em que cresce o desemprego e avança a precarização do trabalho, vem assumindo cada vez mais um lugar central. Ganham também destaque iniciativas relacionadas com temáticas como formação profissional, saúde, educação, transporte, habitação, previdência, cidadania.

A questão que estamos tentando situar minimamente é: em que medida os militantes sindicais identificados com a CUT e as instâncias onde atuam encontram-se preparados para o enfrentamento desses desafios, inclusive no sentido de realizarem reorientações estratégico-organizativas que tornem a ação sindical mais adequada aos novos tempos?

Alguns desafios atuais da formação sindical na CUT

Tem havido uma tendência nos últimos anos de se incorporar à formação sindical na CUT as chamadas “temáticas emergentes”, tais como: reestruturação produtiva, participação nos lucros e resultados, formação profissional, participação sindical em espaços institucionais, sistema democrático de relações de trabalho, cooperativismo e autogestão, questão de gênero, questão racial etc. De modo geral visam responder em alguma medida as novas situações que se apresentam para os militantes, tais como:

Resistência e negociação frente às novas estratégias empresariais

Os trabalhadores e sindicalistas estão sendo exigidos a se pronunciar sobre as novas formas de organização do trabalho e da produção, sob pena de ficarem à margem dos processos de reestruturação produtiva e, assim, não influírem no seu próprio destino (quanto, por exemplo, ao conteúdo do trabalho, à natureza das relações de trabalho e à garantia de emprego). Negociar sobre tais assuntos exige cada vez mais conhecimentos e experiências de um tipo diferente daqueles adquiridos nos anos 80.

Atuação sindical em fóruns institucionais

A participação sindical cada vez maior em fóruns institucionais, como CODEFAT, Comissões de Emprego, PBQP, PACTI, Conselhos de Saúde, Conselhos de Educação, fóruns do Mercosul, etc., também suscitam nos militantes uma capacitação especial que normalmente não compunha seu campo de experiências anterior.

Atuação sindical no âmbito da Formação Profissional

Como nos casos anteriores, desenvolver atuação conseqüente na área da formação profissional requer do sindicalismo e dos seus militantes muito mais do que uma capacidade de denúncia e de mobilização, exige-lhes conhecimento não só de tipo político geral ou especificamente *sindical*, mas envolvendo dimensões técnica e política mais consistentes. No caso específico da atuação sindical frente à formação profissional, espera-se do movimento sindical maior capacidade de negociação, frente às empresas, sobre a qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores; capacidade de atuação nos fóruns institucionais (visando influir na formulação de políticas públicas para o setor); capacidade de realização de experiências metodológico-curriculares alternativas, visando a formulação e o amadurecimento de proposições para a sociedade, etc.

Inovação no campo da gestão e organização sindical

O debate e as experiências atuais no sentido da fusão de sindicatos, organização por ramos, rearticulação das estruturas verticais em função da reordenação dos ramos, *sindicato nacional*, organização por local de trabalho, estão exigindo um processo mais amplo de reflexão sobre as possibilidades do sindicalismo diante das novas realidades do mundo do trabalho e da sociedade em geral. Isso, com o agravante de que se desenha um cenário de importante mudança institucional, com o fim da contribuição obrigatória e do monopólio da representação.

Surgimento de temáticas trazidas pela diversificação da pauta sindical

Em meio a um amplo repensar dos antigos paradigmas da esquerda, fortemente ancorados em uma visão dicotômica da sociedade, vem emergindo todo um reconhecimento da multiplicidade de histórias, origens, condições, interesses, que compõem a realidade dos trabalhadores. Têm sido cada vez mais presentes na agenda sindical questões como: meio ambiente, relação de gênero, questão racial, problemática do menor de rua, saúde pública, etc. A introdução de tais questões na prática sindical também tem contribuído para redimensionar o papel do sindicalismo na sociedade e, conseqüentemente, para suscitar a necessidade de toda uma recapacitação dos militantes e instâncias sindicais.

É nossa hipótese que as novas situações que vêm se apresentando para a prática sindical, de modo geral, e para a prática formativa, em particular, exigem não apenas a readequação de conteúdos a ser tratados nos processos formativos, mas também a alteração no padrão mesmo da formação sindical desenvolvida pela CUT. Ou seja, se as necessidades, naquilo que se refere à preparação dos quadros sindicais, estão mudando, também o estão as condições a partir das quais são oferecidas as oportunidades de formação pelo sindicalismo *cutista*. Mais particularmente, o novo momento que vive a questão da Educação no país e, sobretudo, a Formação Profissional, tem contribuído decisivamente para alterar os contornos da Política Nacional de Formação da CUT.

A questão da educação se coloca historicamente para a CUT, grosso modo, de três maneiras. Em primeiro lugar, na forma da incorporação da bandeira da *Educação como direito de todos*. A luta por uma Educação pública, gratuita, laica, de qualidade, ocupa lugar de destaque em resoluções dos congressos e campanhas desenvolvidas pela CUT. Sobretudo, afirma-se como o principal horizonte que orienta a ação das entidades da área da educação ligadas à CUT, como CNTE e ANDES. Numa outra raia desenvolveu-se a experiência de formação sindical, expressa sobretudo através da PNF. Uma terceira maneira de abordar e intervir no campo educativo é mais recente, iniciou-se de modo mais disperso, mas vem tendo conseqüências importantes para o sindicalismo CUT. Referimo-nos às experiências sindicais na área da *formação profissional*. Fatores como novas exigências colocadas pelo mercado de trabalho, quanto ao perfil e qualificações profissionais dos trabalhadores, assim como a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, pela Constituição 1998, e sua destinação em parte para o financiamento de programas de formação profissional, criaram ao mesmo tempo novas demandas e novas condições para colocar tal questão no centro da agenda sindical. As inseguranças, os tensionamentos e as novas possibilidades vislumbradas a partir de então só vêm

contribuindo para reforçar a centralidade dessa temática no cotidiano sindical, em que se manifesta o contraste com o alheamento histórico quase total do sindicalismo, em particular da parte dos setores identificados com a CUT¹¹. As instâncias da Central foram incorporando cada vez mais, em suas resoluções, o tema da formação profissional¹².

Das iniciativas todas que vêm disseminando-se pelo país afora, em sindicatos, federações e outras entidades filiadas à CUT, tem ganhado destaque inegável o Projeto Integrar, da CNM¹³. Iniciado em 1996, no Estado de São Paulo, foi ampliado para vários outros Estados, a partir do início de 1998. O Projeto Integrar, na sua ousadia político-pedagógica, tem tido o mérito de problematizar e qualificar o debate sobre os três campos de ação educativa desenvolvidos pelo sindicalismo CUT. Quanto à questão da educação, no seu sentido mais amplo, questiona, ao mesmo tempo que reafirma, um posicionamento histórico. Ao invés de simplesmente tomar a educação como bandeira de luta geral, entendida como dever do Estado e como parte de um processo estrutural de mudanças sociopolíticas no país, a CNM traz para sua responsabilidade direta um projeto educativo que se propõe como um espaço de elaboração de propostas para a sociedade e de articulação da intervenção sindical no campo institucional e social, sem deixar de referenciar-se naquele posicionamento. A educação deve ser pública, gratuita, laica e de qualidade, mas cabe ao sindicalismo contribuir de modo mais efetivo para que isso venha a acontecer realmente. Afinal, a experiência histórica que o movimento sindical tem reunido nos campos político, metodológico e organizativo, e sua relação com amplas parcelas dos trabalhadores, o credencia como espaço indispensável no sentido de contribuir com a transformação da educação no país. Tem ganhado particular evidência o caráter interdisciplinar do currículo e sua articulação em torno de problemas concretos vivenciados pelos trabalhadores, como sua ação frente à reestruturação produtiva e suas possibilidades no campo da cidadania ativa.

O Projeto Integrar traz também um questionamento sobre os limites históricos nos quais se colocou a PNF. Ao invés de se restringir à ação educativa do tipo puramente sindical, voltada para a capacitação política dos quadros e bases sindicais, amplia seus horizontes, ao procurar articular elementos de formação política, técnica e propedêutica, tendo-os como aspectos de uma formação integral, e ao envolver públicos antes não contemplados não só pela formação como também pela própria ação sindical: os desempregados e os excluídos do mercado de trabalho. O Projeto inova, quando contrastado com a tradição da PNF, ao abrir um campo muito mais amplo de relações com outras instituições educacionais (coloca, por exemplo, a necessidade de algum tipo de interação com o sistema educacional), ao construir percursos educativos com ciclos mais longos e menos pontuais e ao propiciar a articulação das três frentes de ação educativa desenvolvidas no campo da CUT (as experiências de luta em torno da educação, de formação sindical e de formação profissional). Por último, o Projeto Integrar colocou uma nova situação para as próprias experiências ditas de formação profissional. Vem contribuindo para a construção de uma perspectiva político-metodológica

11. Isso, embora algumas entidades, que vieram a integrar o esforço de construção da CUT, há tempos já viessem mantendo iniciativas nessa área.

12. Ver, principalmente, as resoluções do 5º CONCUR (1995) e da 7ª Plenária Nacional (1996).

13. Para uma visão panorâmica do Projeto Integrar, ver CNM-CUT, *Programa Integrar: Formação e Qualificação para o Trabalho*, São Paulo, 1998 e Núcleo Temático Educação do Trabalhador — CUT, *Trabalho e Formação Profissional: Programa Integrar — Um Ponto de Partida*, São Paulo, Cadernos do Núcleo Temático, n. 02, 1998.

mais consistente, da parte da CUT. Procura dar tratamento à formação profissional, relacionando-a com a questão da educação, em um sentido mais amplo. Por outro lado, articula-se em interação com os espaços e os acúmulos reunidos pela PNF.

É nesse contexto que a CUT Nacional desencadeou todo um ciclo de iniciativas voltadas para o debate e a ação sobre a problemática atual da formação profissional. Mas foi com o Projeto Integral que conseguiu articular melhor sua ação nessa área. Este Projeto, financiado também com recursos do FAT, foi proposto como programa educativo voltado para dois objetivos fundamentais: dar mais consistência metodológica para as experiências de formação profissional desenvolvidas no campo da CUT e entidades parceiras (Programa de Formação de Formadores) e contribuir com a ação político-organizativa da CUT e entidades aliadas no espaço das Comissões de Emprego e Trabalho, assim como com o debate sobre as questões do emprego e do desenvolvimento auto-sustentado (Programa de Capacitação de Conselheiros).

O Programa de Formação de Formadores, de um lado, retoma a experiência de Formação de Formadores desenvolvida pela Rede Nacional de Formação da CUT, desde a segunda metade dos anos 80¹⁴. E, de outro, introduz esse tipo de ação formativa no campo das experiências de formação profissional. O Programa de Capacitação de Conselheiros, por sua vez, introduz uma experiência inédita no campo sindical, ao buscar qualificar o esforço de construção das Comissões de Emprego e Trabalho e a intervenção sindical em tais espaços. Se, de um lado, a atuação nesses espaços tem trazido novos desafios para a ação, organização e formação sindicais; de outro, têm sido poucas as iniciativas no sentido de propiciar, aos conselheiros sindicais e às entidades que representam, capacitação política e técnica capaz de levá-los a uma atuação mais consistente e conseqüente. O Programa surge tendo tais elementos como motivação e desafio.

A exemplo do Projeto Integrar, o Projeto Integral contribui para repensar o debate e ação da CUT quanto às questões da educação, da formação profissional e da formação sindical. Vem sendo desenvolvido como programa educativo que tem na problemática da formação profissional um dos seus principais eixos de abordagem, embora trate-se de uma experiência educativa fundamentalmente de caráter sindical.

A partir do campo de experiências inaugurado com os Projetos Integrar e Integral, outras iniciativas vêm sendo gestadas nessa área. De modo geral, estão voltadas para articular melhor a ação da CUT sobre a formação político-técnica de seus quadros visando à negociação coletiva, à participação institucional, à gestão de experiências de geração de emprego e renda, ao desenvolvimento de experiências próprias de educação e formação profissional. Merecem destaque o Projeto Integração, da CUT Nacional, concebido para articular as iniciativas das instâncias horizontais e verticais quanto à formação profissional, e o Projeto Integrar para Dirigentes, da CNM, que amplia sua ação formativa político-técnico-propedêutica para os âmbitos do 2º e 3º Graus, voltado para o público de dirigentes sindicais do setor metalúrgico¹⁵. Ambos foram iniciados

14. Ver Núcleo Temático Educação do Trabalhador — CUT, *Identidades e Diversidades: Sistematização de Experiências de Formação de Educadores Sindicais Desenvolvidas pelas Escolas da CUT (1988-1995)*, São Paulo, Série Formação Sindical em Debate, n. 01, 1998.

15. Para uma visão geral, ver Núcleo Temático Educação do Trabalhador. *Formação Profissional: Experiências Sindicais, Alternativas e Reflexões*. Série Formação Sindical em Debate, n. 2; especialmente Parte IV.

neste ano. Outras iniciativas são de caráter mais regional, sempre envolvendo uma das Escolas da Rede Nacional.

Apesar de, com tais iniciativas, estar se configurando um quadro de crescente dependência destas frente aos recursos do FAT, o que constitui um problema a ser em algum momento enfrentado pela CUT, abriu-se com elas um campo de experiências que tem ensejado novas reflexões e elaborações nas áreas da educação, da formação profissional e da formação sindical. As novas necessidades e condições postas para as práticas sindicais de caráter educativo, no âmbito da CUT, a nosso ver — e essa é uma segunda hipótese com a qual trabalhamos aqui —, requer não só um repensar dos conteúdos e dos formatos dos seus programas formativos, como também toda uma reflexão sobre a problemática mais de fundo: a *questão metodológica*.

Acreditamos que, em um contexto onde cresce o desemprego, precarizam-se as relações de trabalho e aprofunda-se a exclusão social, de um lado, e questionam-se cada vez mais as formas históricas que os trabalhadores construíram para fazer frente às estratégias capitalistas, de outro; em um contexto assim, novos desafios se colocam para as práticas de educação que, como a formação sindical *cutista*, se inscrevem no campo da *educação popular*. Isso tudo vêm colocando a necessidade de um *algo mais* na preparação dos trabalhadores e de seus movimentos organizados. As atuais exigências não parecem se esgotar na simples identificação e preparação de novas abordagens temáticas, de modo a tornar as lideranças e organizações mais aptas à atuação nas novas frentes. Muito mais do que isso, ao que nos parece, cresce e se impõe cada vez mais a exigência e a possibilidade de *um outro modo* de inserção de experiências com o sindicalismo *cutista*. As pressões (internas e externas) para que o sindicalismo e os trabalhadores venham cumprir um papel mais *propositivo*, diante de uma realidade do trabalho e da sociedade em transformação, requer que esses se capacitem para o exercício da *elaboração*. Da elaboração entendida como prática intencionalmente criativa de novos sentidos e novas realidades.

Em um contexto no qual cada vez maiores parcelas da população se vêm subtraídas de sua condição de sujeitos de direitos, onde as classes dominantes admitem abertamente que em seu novo desenho de sociedade não há lugar para todos¹⁶, das classes populares e suas organizações exige-se, muito mais do que antes, um esforço de *reinvenção* da sociedade. Em um momento no qual se impõe o “pensamento único” neoliberal, os movimentos sociais estão desafiados a contestar a *inevitabilidade* do desemprego, o *imperativo* da competitividade e da produtividade, a *necessidade* das concessões ao capital financeiro, a *impossibilidade* das políticas sociais de promoção da cidadania, e assim por diante. E só poderão fazê-lo criando novas situações, impondo novas dinâmicas e novos significados à realidade social, reinventando a *política*, em seu sentido mais conseqüente, como exercício de *participação*, por excelência.

Se antes havia, entre os movimentos de alguma maneira referenciados no pensamento marxista, mais confiança quanto ao modo como a história evoluiria, o quadro atual é de muitas incertezas. E as repercussões disso sobre os processos educativos não poderiam deixar de se fazer sentir. Se os esforços educativos desenvolvidos no campo de ação dos movimentos sociais tiveram como eixo, em alguma medida, o desvelamento

16. Ver a respeito, por exemplo, OLIVEIRA, 1998.

das *chaves de explicação da realidade*¹⁷, ao basear-se na *segurança* que então oferecia o instrumental teórico identificado com diversos matizes do pensamento marxista, agora tudo leva a crer que tal eixo não encontra mais as mesmas bases de sustentação. De um lado, a *realidade* (do mundo do trabalho e da sociedade em geral) vive momentos de significativas transformações, cujos desfechos de médio alcance são ainda muito incertos. De outro, as categorias e instrumentos teóricos que antes eram usados para interpretá-la vêm sendo amplamente questionados¹⁸.

Por essa ótica, não basta articular-se processos educativos visando tão somente ou principalmente um *saber a mais* sobre reestruturação produtiva, produção flexível, globalização, regionalização dos mercados, flexibilização e precarização dos contratos de trabalho, história, gestão e planejamento sindical etc. É preciso que tais processos propiciem, aos públicos envolvidos, exercícios efetivos de elaboração de perspectivas próprias de interpretação, de ressignificação social, de ação e de construção de alternativas. O desafio da *elaboração* requer que se recoloquem em novas bases os processos de articulação/interação entre as esferas do “saber popular” e do “conhecimento científico”. O *conhecimento*, que só pode ser produto da *experiência social*¹⁹, resultado do diálogo que os sujeitos (individual e coletivamente) estabelecem com suas experiências e elaborações e com as dos outros sujeitos, em conjunto constitutivos e constituintes do todo social, não pode ser confiado exclusivamente à produção solitária (científica), sob pena da sociedade estabelecer com essa uma relação de natureza heterônima.

O diálogo sujeito-experiência exige, antes de mais, como condição de sua potencialização, uma determinada *postura* do primeiro frente à segunda. Do sujeito (como pessoa-grupo) espera-se que busque uma articulação fecunda entre seu *pensar* e seu *fazer*, em uma palavra: *reflexiva*. O termo *refletir* o usamos no sentido atribuído por SAVIANI, que recupera sua origem latina na palavra “reflectere” (“voltar atrás”), como “um ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado (...) examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado”. Trata-se de um pensamento “consciente de si mesmo, capaz de se avaliar”. Consubstancia-se em uma “atitude filosófica” que o homem toma perante a realidade: “ao desafio da realidade, representado pelo problema, o homem responde com a reflexão. De uma nova postura sobre o seu fazer e saber, deriva uma nova postura sobre o fazer e saber dos outros. É onde se estabelece a possibilidade do *diálogo* entre os diversos sujeitos e saberes (acadêmico, político, profissional, cultural, religioso, da vida).

17. Essa é uma hipótese que, uma vez investigada, poderia trazer elementos de fundo sobre a trajetória mais recente da educação popular, principalmente a partir do final dos anos 70, quando a esquerda, mergulhada em um profundo processo de autocrítica sobre sua atuação nos anos duros da Ditadura Militar, inicia, segundo SADER (1988, especialmente pp. 167-178), um movimento de “ida ao povo”, lançando mão de elementos do método de Paulo Freire e do pensamento de Antonio Gramsci.

18. Em particular, em se tratando do marxismo, questiona-se sobretudo o seu entendimento como a materialização do *próprio conhecimento* da realidade. Mais difícil é negar-lhe o valor elucidativo inestimável, que ainda conserva, a respeito das dinâmicas da sociedade, pelo menos enquanto esta estiver sob a hegemonia do Capital.

19. O termo *experiência*, o usamos no sentido atribuído por THOMPSON (1981): enquanto resultante do *diálogo* entre os sujeitos socialmente constituídos e os processos estruturados que o constroem e desafiam, limitam e potencializam.

GADOTTI (1996) assim se refere a esse aspecto da contribuição de Paulo Freire ao debate da *educação popular*: "A primeira virtude do diálogo consiste no respeito aos educandos, não somente enquanto indivíduos, mas também enquanto expressões de uma prática social". E ainda: esse diálogo "é o caminho de sua auto-afirmação enquanto sujeitos" (P. 82). Esse continua sendo o desafio fundamental da *educação participativa*: ensinar o exercício de cada um como *sujeitos individuais e coletivos*, melhor afirmados e situados no jogo social. Dessa perspectiva, de um lado, ao admitirmos que as pessoas e grupos se afirmam desde o lugar onde atuam, a partir do qual constroem sua perspectiva de inserção no mundo, os processos educativos precisam ser articulados em interação com o fazer-saber dos públicos envolvidos, sob pena de não conseguirem mobilizá-los para um efetivo envolvimento. De outro lado, ao admitirmos que os saberes sistematizados e acumulados historicamente por toda a humanidade, assim como aqueles produzidos por outros grupos e pessoas contemporâneos, são indispensáveis ao enriquecimento de qualquer exercício de elaboração autônoma de novas idéias e perspectivas. Esses processos precisam ser capazes de propiciar um diálogo profundo entre tais saberes e aqueles trazidos pelos públicos envolvidos.

Articular os processos educativos em interação com as experiências dos públicos envolvidos não implica necessariamente circunscrevê-lo aos limites do seu *universo conhecido*. Ao contrário, pode-se fazê-lo sob a perspectiva de propiciar-lhe o *alargamento* cada vez maior de seus horizontes (o céu é o limite!). O saber, o admitimos aqui, é sempre uma *interpretação* mais ou menos *elaborada* (às vezes é tão somente intuitiva, outras vezes chega a ser formulada até como *teoria*). É uma *construção social*. E é da riqueza da diversidade de interpretações, produzidas nas e pelas experiências sociais, que elas se enriquecem mutuamente. É daí que emergem identidades e diferenças, relações solidárias e conflituosas, pelas quais as pessoas e os grupos constroem-se como sujeitos individuais e coletivos.

Em que medida os movimentos sociais que se colocam em uma perspectiva *contra-hegemônica* se vêem com tal potencial? A questão de fundo que estamos procurando trazer diz respeito às possibilidades da *educação popular* contribuir para a construção de um esforço de *reposicionamento* dos movimentos sociais, em geral, e do movimento sindical, em particular, em um momento histórico em que estão sendo exigidos a atuar fundamentando-se em outro patamar de elaboração. Ao nosso ver, as estratégias educativas sindicais, no campo da CUT, muito mais que a renovar seus conteúdos e readequar os formatos de seus programas educativos, estão desafiadas a um exercício mais profundo sobre a perspectiva metodológica aí implicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- BEYNON, H. As Práticas do Trabalho em Mutação. In ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa: O Movimento Operário Europeu em Crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

- BLASS, L. Alcance e Limites da Reestruturação Negociada. In *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, V. 12, n. 1, jan-mar/1998.
- CASTRO, M. S. & WACHENDORFER, A. O Sindicalismo do Mercosul: Trajetória e Perspectivas na Ampliação Comercial Hemisférica. In *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, V. 12, n. 1, jan-mar/1998.
- CASTRO, N. A. & LEITE, M. A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações. *BIB*, Rio de Janeiro: n. 37, 1º semestre 1994:39-59.
- CNM-CUT. Programa Integrar: Formação e Qualificação para o Trabalho, São Paulo, 1998 e Núcleo Temático Educação do Trabalhador — CUT, *Trabalho e Formação Profissional: Programa Integrar — Um Ponto de Partida*. São Paulo: Cadernos do Núcleo Temático, n. 02, 1998.
- CUT NACIONAL. *Resoluções do III CONCUR*, 1998.
- CUT NACIONAL. *Revista Forma & Conteúdo*, n. 1, fevereiro de 1990.
- CUT NACIONAL. *Revista Forma & Conteúdo*, n. 2, agosto de 1990.
- CUT. *Resoluções do 10º ENAFOR. Plano Nacional de Formação*, 1996.
- CUT. *Avaliação de Processos Formativos*, 1996.
- CUT. *Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT*. São Paulo: Xamã, 1997.
- DIEESE. O Comportamento das Negociações Coletivas de Trabalho nos Anos 90: 1993-1996. *Série Pesquisa Dieese*, n. 15, maio de 1999.
- GADOTTI, M. "A prática à altura do sonho". Paulo Freire, uma Biobibliografia, São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire e Unesco, 1996, p. 82.
- MANFREDI, S. M. *Formação Sindical: História de Uma Prática Cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- NÚCLEO TEMÁTICO EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR / CUT. Identidades e Diversidades: Sistematização de Experiências de Formação de Educadores Sindicais Desenvolvidas pelas Escolas da CUT (1988-1995), *Série Formação Sindical em Debate*, n. 01. São Paulo: CUT, 1998.
- NÚCLEO TEMÁTICO EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR / CUT. Formação Profissional: Experiências Sindicais, Alternativas e Reflexões. *Série Formação Sindical em Debate*, n. 2; CUT, 1998.
- OLIVEIRA, F. *Os Direitos do Antivalor*. São Paulo: Vozes, 1998.
- POCHMANN et alii. Ação Sindical no Brasil: Transformações e Perspectivas. In *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, V. 12, n. 1, jan-mar/1998, p. 15.
- RAMALHO, J. R. Precarização do Trabalho e Impasses da Organização Coletiva no Brasil. In ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- RODRIGUES, I. & RAMALHO, J. Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: Estratégias Diante das Novas Formas de Gestão da Produção. In *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, V. 12, n. 1, jan-mar/1998.
- SADER, E. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988,
- SAVIANI, D. *Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica*. São Paulo, Cortez.
- THOMPSON, E. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1981.